SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

APRECIAÇÃO Nº 022 /540/AC/85

DATA : 06 AGO 1985

ASSUNTO : NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO PNEC À PRESENTE CONJUNTURA ENERGÉTICA BRASILEIRA.

REFERÊNCIA : OF Nº 012-4ª SC/2027/85 - CIRC, DE 25 FEV 85.

ORIGEM : AC/SNI.

DIFUSÃO : SG/CSN.

O Plano Nacional de Emergência de Combustíveis (PNEC), como um dos instrumentos da nossa política energética, sob coordenação e supervisão da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, necessita exercitar, permanentemente, seu caráter de uma estratégia dinâmica, paralelamente à atualização anual de seus parâmetros e valores de oferta e demanda de energéticos.

Concebido sob o espectro de reflexos dos dois "choques do petróleo" (1973 e 1979) sobre a economia brasileira, extremamente dependente de fornecimento externo de petróleo, o PNEC traçou as hipóteses ALFA e BRAVO, sempre enfocando as dificuldades (redução ou interrupção) do abastecimento externo de petróleo.

A diminuição da dependência externa no abastecimento de petróleo tem-se demonstrado uma das mais efetivas realizações nos últimos anos. Mercê da frutificação do esforço estratégico de se concentrar maiores dotações orçamentárias nas áreas de pesquisa, perfuração e desenvolvimento de novos poços, especialmente na plataforma continental, a produção interna vem alcançando índices dignos de registro, sobretudo por retratar métodos não predatórios das reservas.

Assim, porquanto em 1973 a PETROBRÁS destinava 35% de seus investimentos diretos para a área de exploração e produ

ção, esse percentual passou a crescer (a partir de 1976), até atingir 94% em 1983. Em 1984, foram destinados a esse mister 92% dos investimentos daquela estatal, e em 1985, por razões conjunturais, restringeremos tal percentual ao limite de 86%. Os resultados foram sensíveis: uma sucessão de récordes de produção (pico: 28/07/85 = 573.252 barris), devendo a média diária da produção de 1985 ser superior aos 570 mil barris, com piques superiores aos 600 mil b/d. Nossas reservas de hidrocarbonetos crescem, não obstante o esforço produtor, tendo alcançado, em volume recuperável, os 2 bilhões e 35 milhões de barris (em 31/12/84) e 2,07 bilhões de barris em 30/06/85.

No primeiro semestre de 1985, foram anunciadas novas descobertas na plataforma continental - especialmente em CAMPOS/RJ - incluindo-se os chamados "poços gigantes" (RJS 219 e 319), cuja delimitação e cubagem ainda se constituem objeto de estudos. Também a tecnologia para exploração em águas profundas, ainda não dominada internacionalmente, vem sendo alvo de permanentes preocupações por parte da estatal brasileira do petróleo (os "poços gigantes" localizam-se em grandes profundidades, com lâminas d'água superiores aos 900 metros).

Atualmente, produzimos cerca de 60% do consumo interno. Nossa importação líquida gira em torno dos US$ 400 milhões mensais, resultante da ofensiva política de comércio exterior da PETROBRÁS: "barter", diversificação de fontes de suprimento, compras no "spot-market", reexportação de derivados e da estagnação e mesmo queda do preço internacional do petróleo. Tal fato, além do reflexo direto de maior segurança do abastecimento, acarreta conseqüências benéficas à administração das contas externas e vem possibilitando, pelo controle adequado dos preços de derivados, um rebaixamento do patamar inflacionário.

Assim, não obstante ainda importarmos, em média, aproximadamente 640 mil b/d de petróleo (importação bruta), dos quais 190 mil b/d (29,7% das importações brutas) através do Golfo Pérsico (100 mil b/d da ARÁBIA SAUDITA, 45 mil b/d do IRÃ e 45 mil b/d do KWAIT e QATAR) e 160 mil b/d do IRAQUE, pe

lo Mar Mediterrâneo, nossa produção interna e o desenvolvimento efetivo de nossas fontes energéticas alternativas (álcool, hidreletricidade, xisto, carvões - mineral e vegetal - lenha e gás natural, além de outras com grandes potencialidades), fizeram o quadro da dependência externa de petróleo derivar, sensivelmente, para uma situação muito mais confortável. O sistema "barter" contribui, com parcela substantiva, para a atual situação de maior confiança no abastecimento, porque pressupõe, como "rua de duas mãos", a interdependência dos parceiros ante a crise financeira internacional.

O esfacelamento da unidade do cartel internacional dos produtos de petróleo (OPEP), mercê da concorrência desleal entre seus países-membros (mono-exportadores e dependentes de quantidades cada vez maiores dos recursos advindos da exportação de óleo para sustentação de suas economias, muitas vezes combalidas por conflitos ou programas desenvolvimentistas) e de um efetivo "encharcamento" do mercado por produtores independentes, impedem, pelo menos em termos de curto e médio prazos, o recrudescimento de situações indicativas de novos colapsos de abastecimento do mundo ocidental.

É óbvio que uma maior pulverização das fontes de abastecimento de qualquer produto, como meta permanente de uma estratégia previdente, é também indicada para o petróleo.

Por outro lado, do ponto de vista de abastecimento energético, para a garantia do perfeito funcionamento da economia nacional, o enfoque atual do PNEC poder-se-ia voltar, preferentemente, para o campo interno, de onde, hoje, provém mais de 3/5 do petróleo consumido no País.

Assim, aspectos como a falta de coordenação dos diversos órgãos envolvidos com energia, diretrizes e metas indefinidas num contexto de planejamento global (responsável pela competição entre as fontes alternativas), aspectos psicossociais - ameaças de greves dos petroleiros, eletricitários, mineiros de carvão, canavieiros, etc -, além de problemas técnicos e meteorológicos que possam impedir ou fazer diminuir a produção do

méstica de energia, e, conseqüentemente, acarretarem distúr bios à vida nacional, mereceriam um lugar de destaque numa possível reestruturação ou próxima atualização do PNEC, ao lado do campo externo, devidamente enquadrado à realidade atual.

* * *

08/007